

# Contrato com Guima gasta mais com pombos do que com dengue

## S.Caetano gasta mais no combate aos pombos do que com a dengue

Contrato da administração José Auricchio Júnior com Guima reserva R\$ 6,8 milhões para espantar as aves e R\$ 5,1 milhões contra o Aedes aegypti

O governo do prefeito de São Caetano, José Auricchio Júnior (PSDB), pretende gastar mais com o controle de pombos do que com o combate à dengue no município. O Consórcio Guima-Desintec vai receber R\$ 5,1 milhões de recursos municipais em 2024 para executar serviços de controle de mosquitos. Aedes aegypti, transmissor da dengue, zika e chikungunya. A cidade investe em mais recursos para a operação pública de controle de pombos. A diferença de valores atingiu 32,7%. Os investimentos com o controle es-

te de pombos, que foi tornado público na última semana - o Diário do Grande ABC - e a Prefeitura já tem contratado o serviço de controle de pombos há mais de dez anos. A Prefeitura já tem contratado o serviço de controle de pombos há mais de dez anos. A Prefeitura já tem contratado o serviço de controle de pombos há mais de dez anos.

# Contrato com Guima gasta mais com pombos do que com dengue

Acordo da Prefeitura de S.Caetano prevê aporte de R\$ 6,8 milhões para espantar aves e R\$ 5,1 milhões para conter mosquitos

**RAPHAEL ROCHA**  
raphaelrocha@dgabc.com.br

O governo do prefeito de São Caetano, José Auricchio Júnior (PSDB), vai gastar, dentro do contrato com o Consórcio Guima-Desintec, mais com o controle de pombos do que com o combate à dengue no município. Os valores estão presentes no contrato entre as partes, que foi tornado público na última semana - o Diário havia mostrado que o vínculo não estava no Portal da Transparência, apesar de a Prefeitura já ter empenhado recursos para pagar pelo serviço de controle de pragas urbanas.

No contrato, o Consórcio Guima-Desintec vai receber R\$ 5,16 milhões para executar serviço de controle do mosquito da dengue. Para re-



POMBOS. Prefeito José Auricchio firmou contrato de R\$ 16 milhões por ano com consórcio Guima-Desintec

mover pombos, a empresa irá obter R\$ 6,85 milhões - 32,7% a mais. Os custos para espantar pombos e o controle de

higienização de superfícies, aplicação de gel repelente, instalação de rede antipássaro e de proteção, uso de sistema eletromagnético e utiliza-

ção de grades de ventilação para os pombos capturados. O Brasil vive um surto de dengue em vários Estados e São Paulo já se prepara para

uma força-tarefa no combate ao mosquito Aedes aegypti, transmissor da doença. O governo de São Paulo anunciou até a criação Centro de Operações de Emergências contra o mosquito diante da antecipação da temporada de dengue - houve aumento de 60% dos casos nas primeiras semanas de 2024 na comparação com o ano passado.

A Prefeitura de São Caetano tem autonomia para também empregar recursos públicos municipais, especialmente via Secretaria de Saúde, para combater os mosquitos da dengue. Ao jornal *Repórter Diário*, a Prefeitura informou que houve um óbito suspeito da doença neste ano.

Todo contrato com o Consórcio Guima-Desintec, formado pelas Guima Conseqco Construção, Serviços e Comércio Ltda e Desintec - Ser-

viços Técnicos Ltda, demanda R\$ 16 milhões ao ano dos cofres públicos - podendo chegar a R\$ 80 milhões, se for prorrogado no limite de cinco anos.

O advogado Getúlio Filho e o vereador Edison Parra (Podemos) acionaram o Ministério Público para investigar o contrato. Getúlio diz que tanto edital quanto o contrato não deixam claro para onde as aves serão levadas. "O que vai acontecer com esses pombos. Vão prender na jaulinha? Vão informar: 'O pombo José foi preso hoje e vai ser solto na Mooca'? Esse pombo José não vai voltar ou vão sumir com os pombos? Uma pessoa me falou que, por R\$ 80 milhões, leva os pombos para a Europa e de primeira classe. É muito dinheiro."

Já Parra observou discrepância no edital, cujo um artigo permite e outro veda participação de empresas consorciadas. "Açãoi e MP por várias razões. Além de elevadíssimos valores, várias circunstâncias me chamaram a atenção. Um deles é a inconsistência em relação ao CNPJ do consórcio vencedor da licitação. Então, a Prefeitura precisa dar muitas explicações em relação a esse assunto."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3